O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 32 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.6893243

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ (RN)

Bruno José Bezerra Silva[1]

Resumo

O território Açu-Mossoró é um importante espaço localizado no Rio Grande do Norte que visa dinamizar a economia regional e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e político através de uma abordagem territorial. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar a dinamização econômica do território Açu-Mossoró por meio de indicadores socioeconômicos. Para a obtenção dos resultados, fez-se necessário realizar um breve resgaste teórico no tocante aos precedentes do desenvolvimento territorial no país. Assim sendo, o modelo metodológico baseia-se na interpretação de informações e dados secundários de fontes oficiais. Por fim, observou-se que o território apresentou relevantes avanços econômicos e socais, mas ainda há desigualdades na dinamização econômica no território. Portanto, orienta-se a combinar as estratégias *top-down* e *bottom-up* de forma equilibrada a fim de promover o desenvolvimento do território Açu-Mossoró.

Palavras chave: Desenvolvimento Territorial. Índices. Território.

Abstract

The Açu-Mossoró territory is an important space located in Rio Grande do Norte that aims to boost the regional economy and contribute to economic, social and political development through a territorial approach. In this sense, the present work aims to analyze the economic dynamization of the Açu-Mossoró territory through socioeconomic indicators. In order to obtain the results, it was necessary to carry out a brief theoretical review regarding the precedents of territorial development in the country. Therefore, the methodological model is based on the interpretation of information and secondary data from official sources. Finally, it was observed that the territory presented relevant economic and social advances, but there are still inequalities in the economic dynamics in the territory. Therefore, it is oriented to combine top-down and bottom-up strategies in a balanced way in order to promote the development of the Açu-Mossoró territory.

Keywords: Indexes. Territorial Development. Territory.

INTRODUÇÃO

A inserção da abordagem territorial no debate dos processos de desenvolvimento rural é um fenômeno relativamente embrionário. A perspectiva territorial surge das necessidades relacionadas às mudanças na forma de discutir e praticar a ruralidade e os processos de desenvolvimento no país. Assim sendo, a ideia de desenvolvimento territorial surge como viável na construção de um desenvolvimento equilibrado e inclusivo.

A construção do território Açu-Mossoró remete-se a um espaço geográfico interliga aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos ou políticos entre os municípios; dessa forma, relacionando-se de modo endógeno e coletivo a fim de gerar uma identidade territorial, cultural e social (MDA, 2016).

[1] Bacharel e mestre em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail para contato: brunojosebj19@gmail.com

Nesse sentido, o território é fundamental na lógica desenvolvimentista da Unidade Federativa do Rio Grande do Norte.

Há alguns anos o território Açu-Mossoró representava um espaço com perspectivas para a modernização agrícola e a exportação. Contudo, nos dias atuais o território vivencia o surgimento de iniciativas de desenvolvimento endógeno (DIAS *et al.* 2011). Nessa dinâmica, a inclusão dos espaços produtivos locais é fundamental no processo desenvolvimento econômico, social, cultural, político no território.

Os indicadores socioeconômicos são importantes instrumentos na análise dos municípios e territórios, pois, por meio dessas ferramentas, é possível apresentar um diagnóstico e compreender melhor o cenário observado. É bem verdade que alguns dos principais indicadores utilizados pelos especialistas são o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, cabe considerar o número de pessoas ocupadas, a densidade demográfica e entre outros indicadores; como forma de compreensão da realidade.

Neste sentido, este trabalho objetiva analisar a dinamização econômica por meio dos principais indicadores socioeconômicos no território Açu-Mossoró (RN). Para uma melhor compreensão do trabalho, este foi estruturado em seções, a saber: introdução na seção 1; noções teóricas na seção 2; metodologia na seção 3; os resultados na seção 4; e, por fim, são realizadas breves considerações finais na seção 5.

NOÇÕES TEÓRICAS: UMA ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nas últimas três décadas, um contínuo processo de construção democrático originou-se na América Latina; cujo representa um dos mais relevantes triunfos americanos. É verídico que esse processo tem sido árduo e cheio de enlevo; contudo brevemente é transformado em incerteza e desilusões. Nesse sentido, mesmo diante de tantos desafios econômicos, sociais e políticos, esse processo torna-se fundamental para a construção de um desenvolvimento mais equilibrado.

O temor e a angústia de novos conflitos econômicos, políticos e sociais impulsionam o surgimento de organizações que têm como missão superar as barreiras de divergências entre os países e interceder na realização de acordos. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) busca promover a paz entre as nações, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) almeja proporcionar o aumento da produção agropecuária e reduzir o problema da fome no planeta (ORTEGA, 2008). Outras entidades foram instituídas também na missão colaboradora de reduzir as disparidades econômicas mundiais.

Assim, esse processo de construção de modernas instituições políticas indica para um elemento diferente, mas que se tornou uma característica em todos os países: a nova forma de visualizar a antigo e mal resolvido duelo entre os modelos do poder centralizado com as regiões, os locais e os espaços rurais, estes, sempre em busca de maior autonomia, participação e autogestão de seus próprios futuros. Essa lógica não se indica uma nova luta, mas de novos elementos no cenário vigente (PERICO, 2009). É nesse cenário que as discussões acerca do desenvolvimento regional apontam como possível solução para as desigualdades regionais.

Nesse processo, destaca-se a inclusão e atuação dos atores locais na redução das desigualdades socioeconômicas e na dinamização econômica regional. Em muitos países o desenvolvimento regional é aplicado sobre a ótica de centros urbanos regionais e modelos de territoriais. Atualmente, a aplicação o desenvolvimento regional, especialmente, nos países latinos – americanos e africanos são embrionárias.

Assim, diante da fragmentação do território, do isolamento e da ausência de mercados regionais e a frágil integração nacional; surge a necessidade de adotar estratégias de desenvolvimento que busquem a integração regional e a intercomunicação entre os atores locais do território (PERICO, 2009). É necessária a aplicação do desenvolvimento territorial para atender as prioridades e necessidades dos atores locais, com ações capazes de dinamizar a economia do território.

O termo território é definido como sendo um ambiente onde executa um projeto político de desenvolvimento territorial. É essencialmente político, pois envolve atores e instituições locais que não necessariamente defendem os mesmos grupos, interesses e ideias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento (COUTO FILHO, 2007). Nesse sentido, os elementos territoriais ultrapassam os limites geográficos e não se restringem apenas em uma única atividade econômica.

O desenvolvimento territorial tornou-se um meio de considerar as maneiras de atuação do governo e atores locais na elaboração de políticas de desenvolvimento e ao combate à pobreza. (CORRÊA, 2009). Nesse sentido, o desenvolvimento territorial torna-se bastante almejado em elaborações de ações que visam não somente o crescimento econômico, mas também transformações estruturais econômicas, sociais, culturais e políticas. Assim, o desenvolvimento territorial segue uma lógica qualitativa que requer uma sistematização das ações e a execução de políticas públicas.

A abordagem territorial busca o fortalecimento das instituições e organizações locais, solidificação de comunidades ativas e participativas, a implantação do capital social, ações sustentáveis planejadas, a articulação de políticas públicas e o financiamento de projetos produtivos (GERMANI, 2006). Para alcançar esse objetivo, o governo realiza acordos com instituições públicas e com a comunidade local.

A abordagem territorial proporciona visualizar e atender às complexas demandas sociais mediante políticas e ações de manejo dos recursos econômicos, culturais e ambientais; a fim de sustentar a integridade do território (SILVA, 2015). Assim, a lógica territorial recebe forças endógenas e exógenas, e possui um sentido multidimensional. Nesse sentido, a figura 1 apresenta as principais características das dimensões territoriais e suas relações próximas com a agricultura familiar.

Figura 1 - Esquema geral da multidimensionalidade territorial



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Rodríguez (2005).

O desenvolvimento territorial precisa ser compreendido a partir das relações existentes entre os espaços urbano e rural e, ao mesmo tempo, dos processos (históricas e relacionais – temporalidades e territorialidades) ambientais, econômicas, políticas e culturais (SAQUET, 2011). O grande desafio dos gestores municipais, estaduais e federais é envolver os diversos âmbitos e aplicar com êxito as estratégias territoriais.

O processo de desenvolvimento busca, sobretudo, estratégias *top-down* ou *bottom-up* (SENHORAS; CAVALCANTE, 2014). Geralmente, os países industrializados adotam as medidas *bottom-up* e uma perspectiva territorial que valoriza as forças endógenas. Por outro lado, os países subdesenvolvidos seguem a ideia *top-down* e uma lógica funcional que utiliza, essencialmente, as atividades exógenas.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO *BOTTOM-UP*

A lógica de desenvolvimento está relacionada às primeiras atividades econômicas e ao modo de produção conduzido no país. No século XVII ingleses e franceses chegam à América do Norte com

intuito de tornar aquele território em uma colônia de desenvolvimento[2]. Durante o século XVI, os primeiros imigrantes vão ao Brasil com o objetivo majoritário de transformar as terras brasileiras em colônia de exploração[3] (FURTADO, 2005).

Nas últimas décadas, pesquisadores dedicaram-se no discernimento da definição conceitual de crescimento e desenvolvimento econômico. Nessa lógica, observou-se a abordagem *top-down* e *bottom-up,* cuja qual é utilizada em diversas esferas da economia, inclusive no desenvolvimento econômico do país. Ambos os modelos consistem em uma possível solução para os agricultores superarem os obstáculos do mercado, mas também representa uma medida estratégica para ter-se um desenvolvimento amplo e dinamizado (NUNES, 2013).

O modelo *bottom-up* ou de baixo para cima está relacionado à utilização dos recursos e faculdades locais, dessa forma, é fundamental que haja a interação entre os atores envolvidos. Nessa lógica, a população local é a grande força motriz na caminhada rumo ao desenvolvimento, entretanto, as instituições e o Governo possuem a importante tarefa de injetar capital e criar incentivos para que haja um ambiente propício (MOYANO, 2003). Nesse sentido, a confiança entre os indivíduos envolvidos é um importante elemento, pois possibilita a troca de serviços e recursos. Nesse sentido, a seguir é possível visualizar o quadro com as estratégias de desenvolvimento *bottom-up*.

Quadro 1 - Estratégias de desenvolvimento *bottom – up*

		Relação intracomunitária	
		-	+
Relação extracomunitária	-	Individualismo amoral	Familismo amoral
	+	Anomia	Oportunidades de autonomia

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Moyano (1999).

A abordagem *bottom-up* pode ocorrer de quatro formas distintas: individualismo amoral, familismo amoral, anomia e oportunidade de autonomia (MOYANO, 1999). Conforme observado no Quadro 1, na primeira situação analisada, aparece o "familismo amoral" que ocorre quando há famílias ou grupos partidários que controlam as relações políticas, econômicas e sociais; dessa forma, tornando o

[2] Colônia de desenvolvimento consiste em um território cujo objetivo dos colonizadores consiste em gerar mercado interno e promover o desenvolvimento, dessa forma, a policultura; pequenas e médias terras; e o trabalho assalariado são algumas características desse modelo.

[3] Colônia de exploração designa-se à localidade cujo intuito é atender as necessidades do colonizador através da extração de recursos contidos na colônia, por essa razão, utiliza-se o trabalho escravo, a monocultura e latifúndios.

comportamento da sociedade limitado. Ou seja, pouca relação com a sociedade e uma elevada relação entre grupos provocará a concentração dos recursos e riquezas sociais nas mãos de poucos.

Há também o caso do indivíduo não tem confiança no grupo de familiares e tão pouco na comunidade civil. Por tanto, os níveis de relações extracomunitárias e intracomunitárias são baixas, dessa forma, denominando-se como "Individualismo Amoral". Na terceira situação, a população tem a liberdade e oportunidade de participar de atividades econômicas, porém não possuem uma base de estabilidade comunitária que ofereça apoio. Nesse cenário, a identidade social e valores comunitários locais são minoritários. E, portanto, as estratégias de desenvolvimento, raramente, obterão êxito.

Outra situação é a "oportunidades de autonomia" que ocorre quando há elevados níveis de relações intracomunitárias e extracomunitárias. Assim, um estoque de capital social em forma de "relação intracomunitária" pode ser útil em uma primeira fase, já que permite iniciar estratégias de desenvolvimento, mas deve ser complementado com novas formas de capital social com as relações extracomunitárias, isto é, indivíduos externos à comunidade.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO *TOP-DOWN*

Por outro lado, o modelo *top – down* remete-se ao controle do capital externo sobre a economia local; partindo do planejamento e intervenção guiados pelo governo federal (AMARAL FILHO, 1996). Nesse sentido, tal modelo pode ser associado aos grandes projetos estruturantes ao buscar satisfazer a coerência de uma grande indústria nacional ou internacional sobre comunidades menores e, modificar totalmente ou parcialmente as condições de vida local.

As estratégias do modelo *top-down* podem ocorrer de quatro maneiras distintas: anarquia; ineficiência; corrupção, nepotismo e espoliação; cooperação e interlocução. Por razões metodológicas, dividiu-se de um lado as relações entre o governo e população local; e de um outro lado as instituições (MOYANO, 1999). Nessa lógica, é possível identificar e caracterizar cada via de desenvolvimento da abordagem *top-down*. É bem verdade que o referido modelo possui diversas adoções de estratégias de desenvolvimento que podem ser visualizadas no quadro 2.

Conforme observado no quadro 2, os baixos níveis de cooperação entre o Estado e a população somado com a baixa eficiência e credibilidade das instituições que geram o anarquismo e afronta o desenvolvimento da economia. Outro caso observado ocorre quando se tem uma eficiência e credibilidade nas instituições, entretanto, a comunidade civil e o Estado não respondem à altura e geram ineficiência no processo econômico. A terceira situação caracteriza-se por uma elevada cooperação

entre a sociedade e o governo, mas não há a integridade organizacional; dessa forma, a corrupção, nepotismo e a espoliação tornam-se práticas comuns.

Quadro 2 – Estratégias de desenvolvimento *top - down*

		Integridade organizacional (eficiência e credibilidade nas instituições)	
		-	+
Sinergia (cooperação de Estado/ sociedade civil)	-	Anarquia	Ineficiência
	+	Corrupção, nepotismo e espoliação	Cooperação e interlocução

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Moyano (1999).

E por fim, a cooperação e interlocução dos atores envolvidos exigem relações agradáveis entre o governo e a população local, além de altos índices de eficiência e credibilidade nas instituições. Indubitavelmente, essa estratégia é a escolha ótima para alcançar o desenvolvimento econômico, social e político através da abordagem *top-down*.

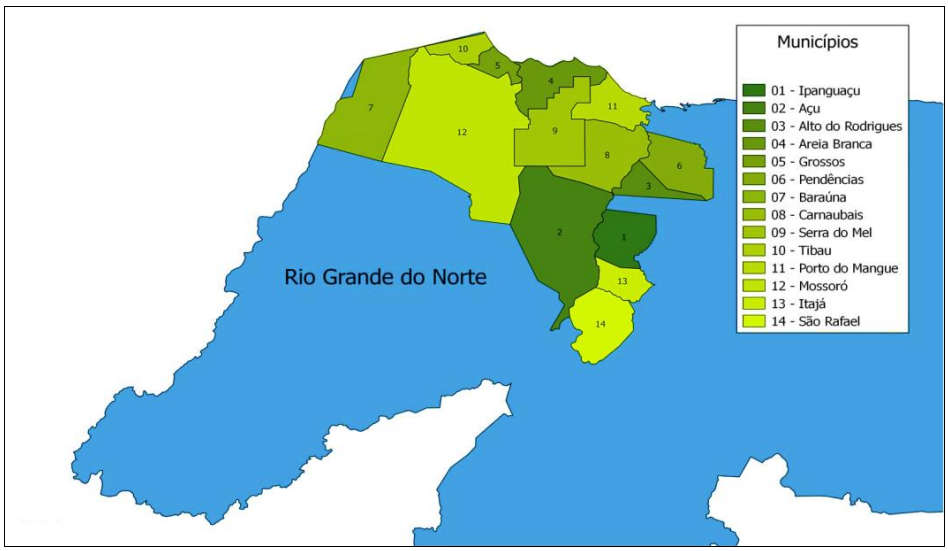
Indubitavelmente, os modelos *top-down* e *bottom-up* contribuem para o discernimento para a aplicação do desenvolvimento adequado para determinada região ou país. Nesse sentido, tais modelos são utilizados em uma perspectiva territorial, cujo objetivo é solucionar as conflitualidades existentes e atender os interesses coletivos de maneira próspera, abrangente e sustentável.

Em síntese, o desenvolvimento territorial objetiva, sobretudo, compreender a complexidade do cenário e enaltecer as forças culturais, políticas, econômicas e sociais existentes no território; afim contribuir na redução das desigualdades regionais e fragilidades territoriais. Nesse processo, destaca-se o papel do capital social que representa a confiança mútua nas atividades coletivas do território.

METODOLOGIA

O Território Açu-Mossoró localiza-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 7.974 Km² que envolve 14 (quatorze) municípios: Assú, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau. O território possui uma população total de 455.521 habitantes; onde 368.552 estão localizados no espaço urbano e 86.969 encontram-se na zona rural (PTDRS, 2010).

Figura 2 – Mapa do Território Açu-Mossoró



Fonte: SIT/SDT/MDA.

Para a elaboração desse estudo teve-se como base a pesquisa bibliográfica e documental com a captação e tratamento de dados secundários. A coleta de dados foi realizada através do endereço eletrônico do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Após o levantamento das informações, foi feita a tabulação dos dados em ambiente EXCEL ® 2013. Os dados são referentes ao ano de 2010. O indicador utilizado na mensuração e análise das informações é o Índice de Condições de Vida (ICV) no Território Açu-Mossoró. A análise dos resultados é discutida, separadamente, por instância; onde são ressaltadas as principais potencialidades e fragilidades do território.

RESULTADOS DA ANÁLISE: CARACTERIZAÇÃO E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ (RN)

A análise dos indicadores socioeconômicos no território Açu-Mossoró tem como objetivo identificar e caracterizar a perspectiva de desenvolvimento aplicado no território. Para melhor realização da análise, utilizaram-se os seis principais indicadores municipais mostrado no quadro 3.

A área é um importante elemento socioeconômico, pois trata-se dos limites territoriais municipais. Diante do quadro acima, observa-se que Mossoró e Assú são os municípios mais extensos do território; dessa forma, cada município abrange, respectivamente, 1.303,44 e 2.099,33 Km². Esse resultado mostra imensa espacialidade territorial que corrobora para o desenvolvimento dos municípios e do território.

Quadro 3 – Território Açu-Mossoró e seus principais indicadores socioeconômicos

Município	*Área (Km²) (2015)*	*Densidade demográfica (2010)*	*PIB (2010)*	*PIB per capita (2010)*	*População Ocupada (2010)*	*IDHM (2010)*
Alto do Rodrigues	191,334	64,31	187.828,06	15.263,13	3.295	0,67
Areia Branca	357,625	70,79	455.958,59	18.048,47	4.559	0,68
Assú	1.303,44	40,84	403.713,19	7.582,18	6.635	0,66
Baraúna	825,682	29,29	207.110,52	8.562,89	3.466	0,57
Carnaubais	542,53	17,99	77.275,15	7.905,39	1.130	0,59
Grossos	126,458	74,28	119.019,04	12.671,04	981	0,66
Ipanguaçu	374,247	37,02	87.683,79	6.328,67	2.200	0,60
Itajá	203,622	34,04	52.789,86	7.593,48	1.291	0,62
Mossoró	2.099,33	123,76	3.496.776,15	13.455,04	63.545	0,72
Pendências	419,137	32,05	142.976,61	10.641,31	1.411	0,63
Porto do Mangue	318,968	16,36	141.723,91	27.165,79	606	0,59
São Rafael	469,102	17,29	43.984,16	5.426,12	456	0,61
Serra do Mel	616,514	16,69	63.637,05	6.189,77	602	0,61
Tibau	169,237	21,79	32.907,85	8.925,37	531	0,64

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE (2010).

O segundo indicador socioeconômico é a densidade demográfica, cuja é calculada através da relação entre o número populacional e a área da unidade municipal. Em 2010, Mossoró apresentou a maior densidade demográfica dos municípios que compõem o território Açu-Mossoró, com 123,76. Esse resultado revela há aproximadamente 123 habitantes à cada quilômetro quadrado no munícipio.

O terceiro indicador socioeconômico é o Produto Interno Bruto (PIB), cujo é um instrumento tradicional na mensuração da atividade econômica. Ainda de acordo com o quadro 3, observa-se que o município de Mossoró apresenta o PIB de R$ 3.496.776,15. Segundo o IBGE, esse resultado está associado ao desempenho dos setores de serviços e indústria no município, pois, ambos os setores são responsáveis por 70,92% da composição total do PIB municipal.

A relação entre o PIB e o número de habitantes resulta no PIB *per capita*. Essa dimensão no território Açu-Mossoró é surpreendente ao apontar o município de Areia Branca com o PIB per capita, com 18.048,47; dessa forma, despontando os municípios-polos Assú e Mossoró. Esse resultado está associado aos fatores naturais e à indústria salineira que desempenha um importante papel na dinâmica econômica do munícipio.

O quinto indicador socioeconômico é o número de pessoas ocupadas. De acordo com o IBGE, a população ocupada é formada por aqueles indivíduos que, num determinado período de referência,

trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores, e não remunerados. Na ótica territorial, os municípios Mossoró e Assú apresentam os indicadores mais altos; com 63.545 e 6.635 de pessoas ocupadas, respectivamente.

Por fim, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é mais um importante indicador socioeconômico. De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDHM é uma medida que abrange três dimensões para mensurar o desenvolvimento humano no município: longevidade, educação e renda. No território Açu-Mossoró, o principal município que corrobora para o aumento desse índice é Mossoró, com 0,72. Esse resultado está associado ao modelo de desenvolvimento socioeconômico aplicado no município.

Portanto, em síntese, a partir dos indicadores socioeconômicos mencionados, o município de Mossoró aparece como o principal propulsor da dinamização econômica no território Açu-Mossoró. Esse resultado pode ser evidenciado por meio de outros indicadores socioeconômicos – por exemplo, o número de empresas atuantes, saneamento básico e a quantidade estabelecimentos de saúde nos municípios do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das informações obtidas através de fontes oficiais, buscou-se responder problemática inicial; ou seja, analisar a dinamização econômica do território Açu-Mossoró por meio de indicadores socioeconômicos. Nesse sentido, observaram-se os indicadores econômicos e sociais no território por meio de índices.

Por meio do IDHM, observou-se que o território Açu-Mossoró mostrou importantes resultados no desenvolvimento humano; dessa forma, todos os munícipios do território obtiveram efeitos que possibilitaram mudanças econômicas, sociais e culturais nos municípios. Essas transformações corroboram para a dinamização econômica no território e a construção de um desenvolvimento equilibrado.

Através do PIB, percebeu-se que os setores da indústria e serviços formam as duas principais forças motrizes econômicas no território. Nesse contexto, destacam-se municípios de Mossoró, Areia Branca e Assú na dinamização econômica do território. É bem verdade, que Mossoró e Assú foram os dois municípios-polos do território, mas Areia Branca revela-se como uma agradável e surpreendente potência para o território. Outro fato interessante é o município de Porto do Mangue apresentar o maior PIB *per capita* dos municípios do território.

No entanto, observou-se ainda que o desenvolvimento no território ocorre de maneira desequilibrada e desigual pois, há poucos municípios que apresentam altos índices econômicos e muitos municípios com baixíssimos indicadores. Esse resultado revela as disparidades econômicas do território, compromete a dinamização da economia e a construção do desenvolvimento equilibrado e abrangente.

Acredita-se que para alcançar o desenvolvimento equilibrado e abrangente é necessário combinar as estratégias *top-down* e *bottom-up*. Nesse processo, a escolha ótima para a realização do desenvolvimento no território é a aplicação das duas estratégias desenvolvimentistas de maneira equilibrada. Assim sendo, tanto o capital exógeno quanto a comunidade local podem contribuir para o desenvolvimento territorial e usufruir de melhores condições econômicas, ambientais e sociais.

REFERÊNCIA

AMARAL FILHO, J. "Desenvolvimento Endógeno num Ambiente Federalista". **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, vol. 14, n. 2, 1997.

ANDRADE, M. C. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

CORRÊA FILHO, V. P. "Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva". **Regional, urbano e ambiental**, n. 3, dezembro, 2009.

COUTO FILHO, V. P. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: um olhar da Bahia sobre o meio rural. Brasília: IICA, 2007.

DIAS, Thiago *et al*. "A dinâmica regional do desenvolvimento rural sustentável: uma análise do Território da Cidadania Assú-Mossoró (RN), 2011". **Anais da II Conferência do Desenvolvimento (CODE)**. Brasília: IPEA, 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GERMANI, G. I.; OLIVEIRA, G. G.; OLALDE, A. R.; ESTRELA, E. "Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco". *In*: IZERROUGENE, B. (org.). **Ensaios Econômicos** – Atualidades socioeconômicas. Salvador: UFBA, 2006.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des) construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2006.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açu-Mossoró**. Brasília: MDA/SDT, 2016.

MOYANO, E. E. "El concepto de capital social y su utlidad para el análisis de las dinamicas del desarrollo". **Revista Economia Ensaios**, vol. 13, n. 2, 1999.

NUNES, E. M. “Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no nordeste: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no polo Assú-Mossoró (RN)”. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 44, 2013.

ORTEGA, A. C. (org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

PERROUX, F. **L´économie du XXème siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

PNUD/IPEA/FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação João Pinheiro **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 14/09/2016.

RODRÍGUEZ, M. P. **Gestão social do território**: experiências no estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

SAQUET, M. A. “O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática”. **Resgate**, vol. 19, 2011.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: RIMISP, 2004.

SENHORAS, E. M.; CAVALCANTE, J. S. “Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno”. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo Local Sostenible**, vol. 7, n. 17, 2014.

SILVA, S. P. “A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas”. **Texto para discussão IPEA**, n. 2076, 2015.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 32| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima